BRASIL

brasil@grupoatarde.com.br

RIO Irmãs são atingidas por balas perdidas durante tiroteio

www.atarde.com.br/brasil

REGIÃO SUL Instituto Nacional de Meteorologia chama a atenção da população para riscos que frio pode trazer à saúde

Inmet alerta para forte queda de temperatura

AGÊNCIA BRASIL
Brasília

Os termômetros dos três estados da região Sul podem marcar menos de 5 graus Celsius (° C) até o próximo sábado (9). A informação é do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), que emitiu alerta ontem para chamar a atenção da população para os riscos que o frio pode trazer à saúde. Em Santa Catarina, na área do oeste ao Planalto, poderá haver geada ampla durante a madrugada, com temperatura negativa e próxima de 0° C.

Segundo o órgão, as áreas potencialmente mais afetadas são Planalto Norte Catarinense, Campanha, Região Metropolitana de Curitiba, Oeste Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Planalto Sul Catarinense, Litoral Sul Catarinense, Encosta do Sudeste, Serra do Sudeste, Depressão Central, Encosta Inferior do Nordeste, Encosta Superior do Nordeste, Campos de Cima da Serra, Planalto Médio, Missões, Alto Uruguai, Central Paranaense, Litoral Paranaense, Norte Paranaense, Oeste Paranaense, Sudoeste Paranaense, Sul Paranaense, Litoral Gaúcho, Meio-Oeste Catarinense e Litoral Norte Catarinense.

A mudança na temperatura está associada à formação de uma nova massa de ar de origem polar sobre o Sul do Brasil, que avançará pelo Sudeste, parte do Centro-Oeste e atingirá, inclusive, os estados de Rondônia e do Acre, de acordo com previsão do Inmet.

MASSA DE AR DE ORIGEM POLAR

Mudança na temperatura está associada à formação de uma nova massa de ar de origem polar sobre o Sul do Brasil

Mycchel Hudsonn Legnaghi / São Joaquim Online

Cidade de São Joaquim, na Serra Catarinense, teve temperaturas abaixo de zero

Outro destaque é a intensificação dos ventos, cujas rajadas podem chegar de 80 a 90 km/h no litoral das regiões Sul e Sudeste do País, devido à influência de um ciclone extratropical que vai se formar sobre o Oceano Atlântico.

Santa Catarina

O amanhecer ontem foi de frio em boa parte de Santa Catarina. Conforme a Central NSC de Meteorologia, até as 7h30, 42 cidades catarinenses registraram temperaturas abaixo de 5° C. Urupema, na serra catarinense, teve a mínima do estado: -3,8° C. Chapecó, no oeste, teve o amanhecer mais frio já registrado em 2018.

EDUCAÇÃO

Ao menos 16 das 20 metas do PNE estão estagnadas

ISABELA PALHARES
Estadão Conteúdo, São Paulo

Das 20 metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), ao menos 16 estão estagnadas ou tiveram regressão no Brasil nos últimos quatro anos. O quadro foi apresentado ontem pelo relatório de acompanhamento do plano feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Com vigência de 2014 até 2024, o PNE conta com 20 metas para todos os níveis educacionais, do infantil ao superior, das quais ao menos três têm prazos intermediários já vencidos.

A primeira meta do plano estabelecia que o País alcançasse em 2016 a universalização das matrículas para crianças de 4 e 5 anos. No entanto, o índice está praticamente estagnado. Em 2014, 89,1% das crianças dessa idade estavam matriculadas. O índice subiu para 91,6% em 2016.

Nessa mesma meta, que prevê alcançar 50% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche, o índice também não evoluiu. No mesmo período, passou de 29,6% para 31,9%. O avanço nas matrículas também é lento nas demais etapas da educação básica.

O plano prevê que, até 2024, ao menos 95% da população de 16 anos tenha ao menos o ensino fundamental (do 1º ao 9º ano) completo. O índice, que era de 73,4%, em 2014, subiu para 75,9% no ano passado. O relatório indica que, se mantido o mesmo ritmo de melhoria nesse indicador, o País não vai alcançar a meta dentro do prazo.

O mesmo se repete na meta que se refere ao ensino médio. O porcentual passou de 67,2% para 70,1%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ

PP 18/18. Menor Preço por Lote. Objeto: Aquisição de medicamentos e material de consumo para as UBS's, Centros Odontológicos e Hospital Municipal. Dia 19/06/18 às 9h. Informações na CPL, telefone: 74 36491201. licitacao@uibai.ba.gov.br Uibai/Ba, 08/06/18. Jarbas da Silva Soares. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL CALMON

PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/18. Abert.: 20/06/18 às 09:00h. Obj: Registro de preços visando execuções de futuras solicitações de frutas e verduras para atender a eventuais doações a famílias carentes deste Município. Edital e demais informações e atos posteriores na Prefeitura de Miguel Calmon e no site: http://diariosoficiais.org.br/ba/miguelcalmon T: 74 3627-2121. Francisco Silva Mota - Pregoeiro.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/18. Abert.: 20/06/18 às 11:00h. Obj: Registro de preços visando execuções de futuras solicitações de medicamentos e rações para cães abandonados em ruas do Município. Edital e demais informações e atos posteriores na Prefeitura de Miguel Calmon e no site: http://diariosoficiais.org.br/ba/miguelcalmon T: 74 3627-2121. Francisco Silva Mota - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018. Republicação. A Pregoeira/Presidente Suplente Da Prefeitura Municipal De Salinas Da Margarida realizará licitação em 20/06/2018 às 09h:00min, Local Sítio: www.licitacoes-e.com.br. Nº 723006. Objeto: aquisição futura e eventual de luminárias para atender às necessidades do Município de Salinas da Margarida, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (www.salinasdamargarida.ba.io.org.br e no www.licitacoes-e.com.br). Informações podem ser obtidas pelo e-mail copel.salinasdamargarida@gmail.com ou pelo Tel. 075 3659-1061. Salinas da Margarida, 08 de junho de 2018. Michelle Marinho de Amorim - Pregoeira/Presidente Suplente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO POR DESMEMBRAMENTO - A comissão pró-fundação do Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos nos Municípios de Juazeiro/BA, Senhor do Bomfim/BA, Paulo Afonso/BA, Campo Formoso/BA, Irecê/BA e Jacobina/BA - SINPROVASF, convoca todos os membros da categoria de Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos nos Municípios de Juazeiro/BA, Senhor do Bomfim/BA, Paulo Afonso/ BA, Campo Formoso/BA, Irecê/BA e Jacobina/BA a participarem da Assembleia Geral a realizar-se no dia 06/07/2018, às 16:00h, na Rua do Paraíso, 253, Edifício Paraíso, Sala 13, CEP 48.903-050, na cidade de Juazeiro/BA, para tratar da seguinte ordem do dia: A) A Instalação e Fundação por desmembramento do Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos nos Municípios de Juazeiro/BA, Senhor do Bomfim/BA, Paulo Afonso/BA, Campo Formoso/BA, Irecê/BA e Jacobina/BA - SINPROVASF, que representará a categoria dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos na base territorial dos municípios de Juazeiro/BA, Senhor do Bomfim/BA, Paulo Afonso/BA, Campo Formoso/BA, Irecê/BA e Jacobina/BA; B) Eleição e posse da diretoria, conselho, e dos respectivos suplentes da diretoria; C) Aprovação do estatuto; D) Autorização da categoria para que a criação do sindicato se dê por desmembramento; E) Assuntos gerais. Não havendo um número legal de participantes na hora acima mencionada a assembleia geral será realizada em 2ª convocação, 2 horas após, às 18 horas, com qualquer número de participantes presentes. Juazeiro/BA, 07 de junho de 2018. Marconi Lomanto Velozo - Presidente da Comissão.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDUR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER

BAHIA GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação - COPEL, avisa aos interessados que fará realizar licitação na MODALIDADE CONCORRÊNCIA / MENOR PREÇO, abaixo discriminada:

Nº	Abertura	Hora	Objeto
021/18	11.07.2018	09:30	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA APOIO E SUPORTE TÉCNICO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPERVISÃO, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS, NO ÂMBITO DA DIRETORIA DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR – DIRCAS, DA CONDER, NA CIDADE DE SALVADOR, ESTADO DA BAHIA.

O Edital, no valor de R$ 10,00 (dez reais) cada, estará à disposição dos interessados na Sede da CONDER, sito Av. Edgard Santos nº 936 – Narandiba – Salvador – BA, a partir do dia 11.06.2018 das 13:30 às 17:30 horas. Salvador - BA, 07 de junho de 2018. Maria Helena de Oliveira Weber - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

CONDER

CONTERMAS - ARRENDATARIA NOVO TERMINAL MARITIMO DE SALVADOR SPE S.A.

CNPJ nº 26.822.234/0001-08

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31/12/2017 E 2016 (EM R$ MIL)

Balanços patrimoniais	Nota	2017	2016 (não auditado)
Ativo			
Circulante		**2.517**	**1.395**
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.395	1.395
Contas a receber		1.047	-
Tributos a recuperar		10	-
Adiantamentos a fornecedores		2	-
Outros Créditos		63	-
Não circulante		**8.787**	-
Intangível líquido	5	8.787	-
Total do ativo		**11.304**	**1.395**

Balanços patrimoniais	Nota	2017	2016 (não auditado)
Passivos			
Circulante		**3.260**	-
Empréstimos e financiamentos		205	-
Fornecedores		350	-
Impostos e contribuições a recolher	6	1.152	-
Salários e encargos a recolher		154	-
Compromissos com o poder concedente	7	1.275	-
Adiantamento de clientes		102	-
Outras contas a pagar		22	-
Não circulante		**5.727**	-
Empréstimos e financiamentos		468	-
Compromissos com o poder concedente	7	4.469	-
Partes relacionadas	8	790	-
Patrimônio líquido		**2.317**	**1.395**
Capital social	9a	1.395	1.395
Reserva legal	9b	46	-
Reserva de lucros		876	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		**11.304**	**1.395**

Demonstrações de resultados	Nota	2017	2016 (não auditado)
Receita líquida	10	5.720	-
Custos dos serviços prestados	11	(4.066)	-
Resultado bruto		**1.654**	-
Despesas administrativas e gerais	12	(258)	-
Outras receitas (despesas)	-	(12)	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**1.384**	-
Despesas financeiras	13	(32)	-
Receitas financeiras	13	1	-
Resultado financeiro		**(31)**	-
Lucro antes do IR e CS		**1.353**	-
Imposto de renda e contribuição social	14	(431)	-
Lucro líquido do exercício		**922**	-

Demonstrações de resultados abrangentes	2017	2016 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	922	-
Resultado abrangente total	922	-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Integralização de capital	9a	1.395	-	-	1.395
Saldo em 31/12/2016 (não auditado)		**1.395**	-	-	**1.395**
Lucro líquido do exercício		-	-	922	922
Constituição de reserva legal		-	46	(46)	-
Saldo em 31/12/2017		**1.395**	**46**	**876**	**2.317**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Nota	2017	2016 (não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**922**	-
Ajustes para reconciliação do fluxo de caixa			
Juros sobre empréstimos e financiamentos		25	-
Amortização do intangível		134	-
		1.081	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber		(1.047)	-
Tributos a recuperar		(10)	-
Adiantamentos a fornecedores		(2)	-
Despesas antecipadas		(63)	-
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores		350	-
Impostos e contribuições a recolher		1.152	-
Salários e encargos a recolher		154	-
Adiantamento de clientes		102	-
Outras contas a pagar		22	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**1.739**	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(3.177)	-
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento		**(3.177)**	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social		-	1.395
Captação de empréstimos		648	-
Partes relacionadas		790	-
Fluxo de caixa proveniente - atividades de financiamento		**1.438**	**1.395**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		-	**1.395**
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício	4	1.395	-
Caixa e equivalentes de caixa - final do exercício	4	1.395	1.395
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		-	**1.395**

Notas explicativas

1. Contexto operacional: A Contermas - Arrendatária Novo Terminal Marítimo de Salvador - SPE S.A. ("Companhia") - é uma sociedade anônima de capital fechado e propósito específico, com sede na Avenida da França, nº 1.551, no Município de Salvador, Estado da Bahia. A Companhia foi fundada em 03/10/2016. O objetivo social da Companhia é exclusivamente o arrendamento e a exploração comercial da área, infraestrutura e instalação portuária pública relativa a implantação, gestão, manutenção e operação do serviço público e correspondente infraestrutura de apoio, como operador portuário, ao embarque, desembarque e trânsito de passageiros, dentro da área do Porto Organizado na Instalação Portuária de Turismo de Salvador/BA. A concessão do terminal de passageiros teve início em 07/2017 e tem prazo de 25 anos. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos acionistas e administradores em 27/04/2018. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: a. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício encerrado em 31/12/2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda da preparação das demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas em Milhares de Reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **3. Principais políticas e práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "avaliadas ao valor justo por meio do resultado". Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem certificados de depósitos bancários os quais são classificados a valor justo por meio de resultado. **b. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de receita com venda de imóveis, despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **c. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis requer a adoção, por parte da Administração, de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. **Estimativas e premissas contábeis significativas:** As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **(i) Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentado no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **d. Instrumentos financeiros:** São reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **(ii) Passivos financeiros:** São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos ou com derivativos classificados como instrumento de *hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.* **e. Ativos intangíveis: Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. **f. Redução ao valor recuperável (*impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperado de um grupo de ativos financeiros. **g. Ativos e passivos contingentes:** ***(i)* Ativos contingentes**: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; ***(ii)* Passivos contingentes**: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como possíveis os montantes envolvidos são divulgados nas notas explicativas. **h. Demais passivos circulante e não circulante:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **i. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. **j. Compromissos com o poder concedente:** O poder concedente, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa durante todo o período de concessão, exceto por receitas complementares, que incidem a outorga variável. A contribuição fixa está registrada sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **Outorga fixa:** a contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é de R$ 8.500 dividido em uma parcela de R$ 2.125 e mais cinco parcelas de R$ 1.275, a ser pago anualmente, com vencimento final em 2022. O ajuste a valor presente da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5,5% a.a., estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga e baseada nas taxas de longo prazo praticadas no mercado no período compreendido, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. **k. Fornecedores:** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas são apresentadas no passivo não circulante. **l. Apuração do resultado:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **m. Receita de serviços:** As receitas operacionais são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **n. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, substancialmente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias. **o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Norma:** CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros; **Vigência:** 01/01/2018. Impactos da adoção: a Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39. Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o IFRS 9 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente ou, ao valor justo por meio do resultado. Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9. **Norma:** CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contratos com clientes; **Vigência:** 01/01/2018. Impactos da adoção: a Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis. Os impactos observados estão relacionados à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do IFRS 15.

4. Caixa e equivalentes de caixa	**2017**	**2016**
Caixa e bancos	2	1395
Aplicações financeiras	1.393	-
Total	**1.395**	**1395**

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Intangível / **a. Composição dos saldos**	% - Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido 2017
Outorga de concessão	(i)	7.869	(113)	7.756
Máquinas, equip. e instalações	10	933	(17)	916
Equipamentos de informática	20	78	(3)	75
Móveis e utensílios	10	37	(1)	36
Software	20	4	-	4
Total		**8.921**	**(134)**	**8.787**

(i) A Outorga de concessão é amortizada mensalmente com base no prazo do contrato de concessão que é de 25 anos.

b. Movimentação do ativo intangível	**2017**
Saldo inicial	-
(+) Adições	8.921
(-) Amortização	(134)
Saldo final	**8.787**

6. Impostos e contribuições a recolher	**2017**
PIS a recolher	92
COFINS a recolher	423
ISSQN a recolher	201
IRPJ a recolher	308
CSLL a recolher	123
Tributos retidos a recolher	5
Total	**1.152**

7. Compromissos com o poder concedente	**2017**
Outorga fixa	6.375
Ajuste a valor presente	(631)
Total	**5.744**
Circulante	1.275
Não circulante	4.469
Total	**5.744**

O saldo é composto exclusivamente pelo valor a pagar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, referente à outorga fixa na concessão dos terminais. A base de cálculo para as obrigações com o poder concedente e os critérios utilizados para o ajuste a valor presente estão detalhados na Nota Explicativa nº 3 (j). A outorga fixa será paga em 5 parcelas anuais, com vencimento final em 2022.

8. Partes relacionadas: Passivo	**2017**
Socicam Terminais Rodoviários *(a)*	790
Total	**790**

(a) Operação de conta corrente com os acionistas. **9. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social subscrito e integralizado está representado por 1.395.046 quotas no valor nominal de R$ 1 (valor expresso em Reais) cada, no montante de R$1.395. **b. Reserva legal:** É constituída com base nos dispositivos legais no Art. 193 da Lei nr. 6.404/76, sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal.

10. Receita líquida	**2017**
Controle de acesso terminal portuário	6.450
Locações	186
Estacionamento convencional	23
Receita bruta	**6.659**
Tributos sobre a receita	(939)
Receita líquida	**5.720**

11. Custos dos serviços prestados	**2017**
Arrendamento da área do porto	(1.081)
Aluguel de equipamentos	(130)
Salários e ordenados	(681)
Impostos e encargos com pessoal	(206)
Provisões trabalhistas	(130)
Outros custos com funcionários	(43)
Seguros e fianças	(179)
Serviços contratados	(1.107)
Conservação e limpeza	(16)
Manutenção	(95)
Outros tributos, taxas e contribuições	(19)
Serviços públicos	(382)
(-) Quota de Manut. Conservação e limpeza (QMCL) -	3
	(4.066)

12. Despesas gerais e administrativas	**2017**
Despesas com veículos	(12)
Viagens e representações	(21)
Depreciação e amortização	(134)
Despesas de escritório e informática	(51)
Outras despesas gerais	(40)
	(258)

13. Resultado financeiro	**2017**
Rendimentos de aplicações	1
Receitas financeiras	**1**
Despesas bancárias e descontos concedidos	(7)
Juros pagos ou incorridos	(25)
Despesas financeiras	**(32)**
Resultado financeiro líquido	**(31)**

14. Imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social:

	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.353
Despesas indedutíveis	12
Base de cálculo	**1.365**
Alíquota IRPJ e CSLL	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	**(464)**
Incentivos fiscais (PAT)	9
Diferença adicional de 10% do IRPJ	24
	(431)

15. Instrumentos financeiros; 15.1. Gerenciamento de risco: A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros. A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação. **15.2. Risco de crédito e de realização:** Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro. **15.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros, cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento, conforme intenção da Administração. Em 31/12/2017 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações contábeis. **16. Seguros: 16.1. Cobertura de seguros:** A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros. As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Diretores: Luiz Antônio Floriano e Gilberto Tôrres de Menezes Júnior | **Eduardo Buzam Junior** - Contador - CRC1SP243887/O-3

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Contermas - Arrendatária Novo Terminal Marítimo de Salvador - SPE S.A.** São Paulo - SP; **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Contermas - Arrendatária Novo Terminal Marítimo de Salvador - SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Contermas - Arrendatária Novo Terminal Marítimo de Salvador - SPE S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 a Companhia foi constituída em 03 de outubro de 2016 e estava em fase pré-operacional neste ano. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, não foram auditados anteriormente por nós ou por outros auditores independentes. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de abril de 2018. **Pemom Auditores Independentes S.S.** - CRC 2SP-031.056/O-2; **Acyr de Oliveira Pereira** - Contador CRC 1SP-220.266/O-0; **Andrew Karpinscki** - Contador CRC 1SP-257.755/O-6